

# POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE GÊNERO INVISIBILIDADES, ESTAGNAÇÃO E URGÊNCIAS

**THAMIRES MAIA PAULA OLIVEIRA, Mestranda do PPGE – UFT/Palmas – Mestrado Acadêmico em Educação**  
**Orientadora: Elizângela Inocêncio Mattos**  
**Email: thamiresmaia@hotmail.com**

## 1. INTRODUÇÃO

Há décadas os educadores enfrentam barreiras para estruturar e efetivar habilmente um plano educacional para o povo brasileiro. Tendo como razão maior as divergências da natureza do mesmo, infelizmente, faz-se necessário reconhecer que existe submissão aos interesses dos que não são provindos da educação, a classe dominante intervém de forma vertical com proposições que não alcançam a maioria da população que está nas Escolas Públicas de Ensino. De qual forma a reestruturação como a do Novo Ensino Médio, abarcará a realidade das escolas periféricas e ou interioranas? De que maneira haverá efetividade em uma proposta na qual as instituições sofrem com falta do mínimo como infraestrutura e professores? A falta de apropriação e qualificação para tratar dos temas, tornam mais distantes as implementações e reformas necessárias que a educação necessita principalmente no âmbito da educação básica e formativa dos professores que atuam nessa área.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado foi pesquisa bibliográfica e estudo da constituição e leis que regem esse país.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verifica-se uma lacuna no currículo escolar no que se refere à temática de gênero e diversidade sexual, que não foi preenchida com a inovação pretendida pelos PCNs. As escolas brasileiras ainda apresentam espaços que são hostis às diferenças, sobretudo àquelas que não se enquadram nos padrões heteronormativos. Assim, faz-se necessária a presença do Estado por meio de políticas educacionais que visem à implantação de programas e ações respaldados por lei, a fim de assegurar a inserção dessa temática no currículo escolar, principalmente no que se refere ao processo de formação de professores, que precisam estar instruídos minimamente para lidar com a diversidade que adentra às salas de aula.



Do que adiantaria novas políticas, novas formações e ou disciplinas nas graduações, se as mentes permanecessem detidas ou tendenciadas apenas ao que já conhecem. Como em qualquer outro tipo de conceituação, o tema gênero demanda de discernimento, imersão, disposição para se alimentar de fontes lícitas e empíricas que consigam abarcar de forma elucidativa.

Para Guacira Lopes Louro, existe a necessidade de a escola acompanhar as tendências de sexualização das crianças da mídia, não havendo nada de anormal no que se convencionou chamar de "ideologia de gênero". Este termo está presente no discurso do Movimento Escola Sem Partido, sendo internalizado por famílias e estudantes e tem como objetivo propagar um ensino moralizante, contrário aos princípios de formação libertadora, crítica e que atenda às pluralidades. Lutemos pela Resolução nº 2 de 2015.

## 4. CONCLUSÃO

O propósito desta análise foi expor as principais Políticas Públicas Educacionais de Gênero e Diversidade Sexual, suas ascensões e conquistas e os impasses e retrocessos sofridos frente ao avanço do movimento político tradicional conservantista.

Percebemos que, em todos os documentos analisados, a Educação é relacionada ao direito à cidadania e à construção de uma sociedade democrática, por meio do reconhecimento e da valorização da diversidade e dos direitos humanos. Mesmo apresentando controvérsias, revelam-se como avanços para a inserção dessa temática no ambiente escolar, proporcionando, ainda que timidamente, um espaço para discussão acerca de tais temas inegáveis.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Plano nacional de educação. Brasília: MEC, 2001.  
\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Regional Sul 1 da CNBB. Nota do Regional Sul 1/CNBB sobre ideologia de gênero na educação. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.diocesedesantos.com.br/nota-do-regional-sul1cnbb-sobre-ideologia-de-genero-na-educacao/>. Acesso em: 29 nov. 2019

DAMASCENO, Camila Nalin. Qualidade do ensino na educação infantil: um estudo a partir dos documentos do Ministério da Educação. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno Resolução Nº 2, de 1º de Julho de 2015. [Galileu \(revisão\) - Legado de Paulo Freire é defendido por uns e odiado por outros](#). Por: Marcelle Souza, 2 de Maio de 2017, edição: Giuliana de Toledo. Acessado em 23/11/2018.

LOURO, GUACIRA LOPES (org.). O CORPO EDUCADO – Pedagogias da sexualidade Autêntica, 4ª ed. 2018.

LEÃO, A. M. C. A percepção do(a)s professore(a)s e coordenador(a)s dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. 259f. Relatório de Pós-Doutorado apresentado à Fapesp, Departamento de Psicologia da Educação, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.